PARECER CONTROLE INTERNO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019-016

Objeto**: Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para as Escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (Proinfância Tipo B) de Concórdia do Pará- Pa, conforme Termo de Compromisso Par nº 201601227.**

DO CONTROLE INTERNO

A constituição de 1988, em seu arts. 31 e 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei nº 234/2005 que organiza e disciplina o Sistema de Controle Interno do município de Concórdia do Pará, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativos, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativas as atividades administrativas da Unidades Orçamentárias da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesas, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

E eu, Rosângela Albuquerque Siqueira, inscrita no CPF: 428.496.164-00, portadora do RG: 4576709 SSP/PA, responsável pelo Controle Interno do município de Concórdia do Pará – Pará, nomeada nos termos da PORTARIA Nº 480/2018, declaro, para os devidos fins, junto ao tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÂO Nº.11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisei o processo em referência para posterior parecer.

DA ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO

Tratam os autos de um **Pregão Presencial**, sob o **nº 9/2019-016**, tendo como objeto a **Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para as Escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (Proinfância Tipo B) de Concórdia do Pará- Pa, conforme Termo de Compromisso Par nº 201601227**.

Em conformidade com o previsto na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Federal nº 3.555/2000, que estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade pregão, destinada à aquisição de bens e serviços comuns.

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, os princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, interesse público e economicidade foram obedecidos e instaturados.

Entendo que este processo está revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade, estando apto a gerar despesas para municipalidade, encaminho para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes.

É o parecer.

Concórdia do Pará- Pa, 12 de Dezembro de 2019.

ROSANGELA ALBUQUERQUE SIQUEIRA:42849616400

Assinado de forma digital por ROSANGELA ALBUQUERQUE SIQUEIRA:42849616400

Rosângela Albuquerque Siqueira
Coordenadora Controle Interno
Portaria Nº 480/2018